Democracia Socialista
EM TEMPO
Publicação da Democracia Socialista - Tendência do Partido dos Trabalhadores
Ano I - Nº 7 - Outubro de 2004

Primeiro turno mostra crescimento do PT

Disputa acirrada. Crescimento do primeiro turno tem que ser confirmado no segundo.

Marcos Vicentti/Folha Imagem

Crescimento no Norte. Comemoração do PT em Rio Branco, no Acre; partido ganhou em 45% dos municípios do estado.

As eleições municipais mostraram que nos últimos anos o PT cresceu e ampliou sua presença. No primeiro turno do pleito de 2000, o PT havia sido a quarta legenda mais votada; desta vez foi a primeira, com mais de 16 milhões de votos. Ao mesmo tempo, o partido passou de 178 para 400 prefeituras eleitas, concorrendo ainda em 24 segundo turnos. O partido teve um resultado desigual entre as regiões, com bons desempenhos no Sul e Norte, crescimento no Centro-Oeste, mas instabilidade no Nordeste e Sudeste. Apesar de só ser possível consolidar o balanço após o segundo turno, também é possível identificar a polarização com o PSDB, que se firma como a principal força da direita.

Páginas 3 e 4

Diferença aparente. Polarização eleitoral disfarça proximidade política de Bush e Kerry.

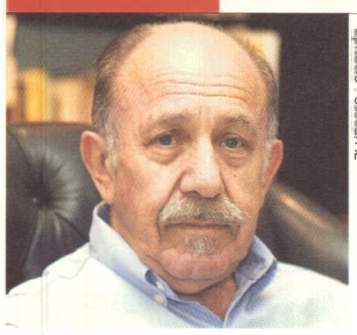
Eleições nos EUA deixam esquerda sem opção

As eleições de 2 de novembro nos Estados Unidos colocam os militantes de esquerda numa encruzilhada. Há os que não apóiam ninguém, os que votarão em Ralph Nader, do Partido Verde, e os que defendem o voto útil em John Kerry. O único consenso é a necessidade do fortalecimento das mobilizações sociais. A situação fica ainda pior por conta do sistema eleitoral norte-americano, que favorece o bipartidarismo e torna a eleição extremamente dependente do poder econômico.

Página 8

Chip East/REUTERS

Entrevista. Paul Singer analisa política econômica e defende mudanças.



Epitácio Pessoa/AE

"Economia popular deve ser o centro de nosso programa"

Participando do Governo Federal, Paul Singer batalha por concepções de economia que revelam as suas convicções socialistas. O economista ocupa atualmente a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho, onde tem colocado em prática muito do que já escreveu e lecionou sobre o tema. Nessa conversa com o ***Democracia Socialista***, ele comenta a política econômica, se diz convicto de que deve haver controle de capitais e explica por que considera que o centro de um programa de esquerda socialista deveria ser fortalecer a economia popular.

Páginas 5 e 6

Bancários, petroleiros e metalúrgicos lutam por melhores condições de trabalho.

Página 7

Livio, o nosso mais querido dinossauro

De luto. A perda de um camarada ímpar, com 81 anos de lutas.

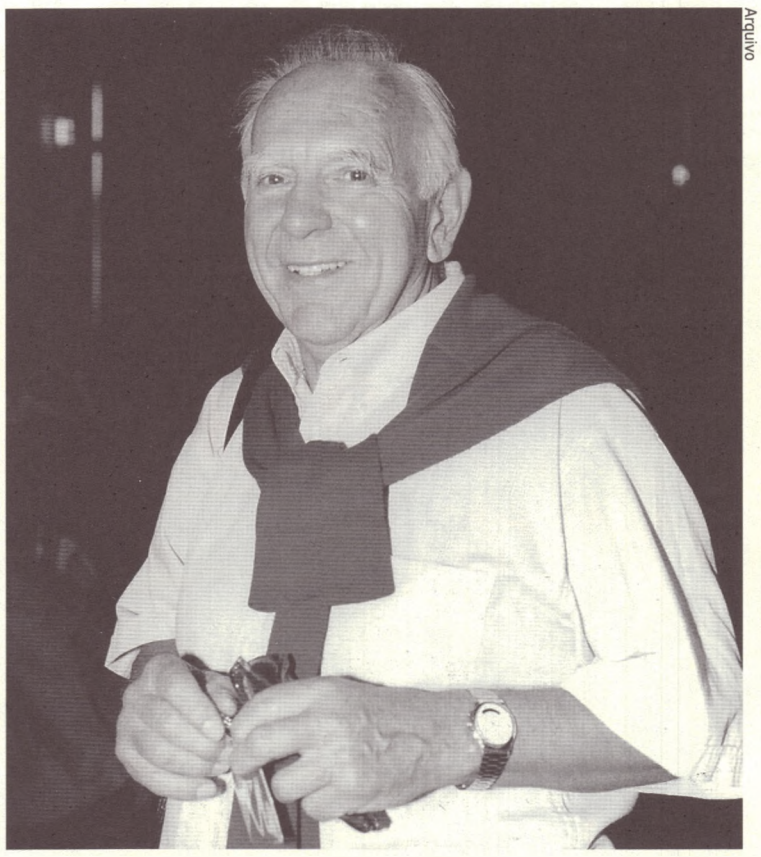
Livio Maitan morreu no dia 16 de setembro, em Roma. Nascido em Veneza, em 1923, se tornou politicamente ativo durante a ocupação nazista da Itália. Em 1947, ingressou no Movimento Trotskista Italiano, no qual permeneceu como liderança durante toda a vida.

Participou da fundação do Partido da Refundação Comunista, em 1991, sendo eleito líder do partido continuamente de 1991 a 2002.

Numa publicação recente, La Strada Percosa (A estrada percorrida), Maitan argumenta veemente contra a visão de que as derrotas do socialismo no século XX eram "inevitáveis", e fortemente a favor da visão que a possibilidade do socialismo permenece aberta.

Em sua memória, a Democracia Socialista publica a seguinte nota:

"Em primeiro lugar queremos externar o nosso mais carinhoso abraço aos familiares do Livio e a todos os seus companheiros e companheiras do Partido da Refundação Comunista da Itália.


Arquivo

Alguns de nós conhecemos Livio Maitan na década de 80 nas reuniões da IV Internacional. Além de velho dirigente da IV e de seu vivo interesse pela política revolucionária, chamava nossa atenção seu gosto pelo futebol. Não só de ver, comentar, mas também de jogar.

Foi somente durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano de 2001, que Livio pode conhecer parcela significativa dos militantes da Democracia Socialista. Foi num ato político para lançamento de um livro de Raul Pont, sobre 'Democracia Participativa'. Lá estávamos reunidos centenas de militantes ligados à IV e Livio assim se apresentou: 'Devo ser o mais velho dinossauro aqui presente'. Neste mesmo ano de 2001, Livio retornou ao Brasil para participar da Conferência Nacional da Democracia Socialista. Era nosso convidado ilustre, o que talvez tenha lhe dado ainda mais energia para participar intensamente dos debates. Polemizava com maestria, vigoroso na forma e generoso com os oponentes. Sábio, pois permitia o direito à dúvida sobre seus próprios argumentos.

Livio deixa para todos nós um grandioso exemplo de vida. Felizmente fez o favor de deixar escrita sua trajetória militante, em livro publicado em 2002. Se a revolução é a idéia mais alta da política – citando Fausto Bertinotti –, Livio viveu os ideais mais belos da humanidade apaixonadamente".

Coordenação Nacional da Democracia Socialista

A esperança na corda bamba

Olhar acurado. Juarez Guimarães propõe paradigma republicano para o governo.

Está sendo lançado pela Editora da Fundação Perseu Abramo o livro *A Esperança Equilibrista – O Governo Lula em Tempos de Transição*, de Juarez Guimarães. No livro, composto por 13 ensaios, Guimarães se propõe a tarefa de estabelecer um campo analítico para uma avaliação do Governo Lula. A opção feita é observar o potencial de transição de um paradigma neoliberal para um paradigma republicano, a partir de seu principal agente potencial da transição – o próprio governo – e então entender se esta transição está sendo feita, para se compreender o que se está mudando no modelo de Estado. Ou o que não se está.

Para operar essa análise, Guimarães faz uma crítica ao neoliberalismo e às suas formas de renovação após a derrota de José Serra em 2002. Ele identifica Fernando Henrique Cardoso como o principal ator da recente tentativa de reposição da agenda neoliberal. Essa constante tensão entre o paradigma neoliberal e o paradigma republicano move o livro e estabelece um embate permanente nos diferentes campos de atuação do governo, seja na política, na economia ou na cultura.

Em meio a temas como política econômica, reforma agrária e desenvolvimento, o livro traz dois ensaios sobre cultura brasileira, numa leitura de que no plano da cultura já teria se feito a republicanização. Em um desses ensaios, "O Bardo Mestiço e a revolução brasileira", o autor resgata a contribuição de Mário de Andrade e o aproxima de Gramsci, observando a civilização brasileira como potencialmente construída fora dos parâmetros anglo-saxões.

Triplo papel

A obra de Juarez Guimarães vem para cumprir três papéis: o primeiro, de estabelecer um campo analítico; o segundo, fazer a leitura das potencialidades futuras do governo; por último, o livro se propõe a estabelecer um contraditório permanente com a agenda neoliberal protagonizada pelo PSDB. Guimarães faz ainda, na terceira parte de sua obra, uma leitura das tradições republicanas brasileiras. "O encontro dessas tradições poderia dar legitimidade a essa transição, poderia impulsioná-la", analisa ele.

As constantes polêmicas com os intelectuais vinculados ao campo neoliberal são apenas um dos elementos que compõem a obra. Ao perceber no governo Lula a continuidade do modo de regulação da macroeconomia praticado durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Juarez Guimarães não se limita a avaliar o governo, mas indica os limites a serem superados, como aponta Marilena Chauí em seu prefácio para o livro:

"Este livro, lúcido, não nos oferece apenas parâmetros para a avaliação política do governo Lula, mas também indica que limites esse governo precisa transpor para concretizar a esperança nele depositada e de que saltos será capaz para equilibrá-la, pois se o campo movediço e instável das circunstâncias ensina que o político navega sem mapas, ensina também que uma política só é grande quando a virtù dobra a caprichosa fortuna – nome com que a tradição ético-política designou a contingência e a adversidade – e quando seu caminho tem rumo, guiando-se pela bússola da justiça e pela estrela da emancipação".

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É: ☐ APOIO: 50,00 ☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

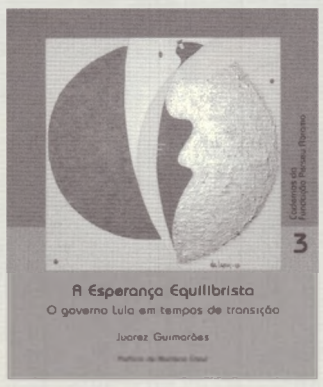
BAIRRO: CEP: CIDADE: UF:

FONE: E-MAIL:

Lei de Biossegurança

O Senado aprovou no início do mês o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para o projeto de lei de biossegurança. A versão aprovada é uma grande derrota para o movimento ambientalista, pois na prática libera o plantio de transgênicos, e dá à CTNBio, um colegiado de cientistas, o poder de tomar importantes decisões sobre o tema, esvaziando as atribuições do Ministério do Meio Ambiente e da Saúde. O projeto volta agora à Câmara dos Deputados.

A esperança equilibrista



A Editora da Fundação Perseu Abramo acaba de lançar o livro *A Esperança Equilibrista*, reunião de ensaios de Juarez Guimarães (*ver texto ao lado*). A obra pode ser adquirida pela Internet, no sítio da Fundação Perseu Abramo.
www.fpabramo.org.br

FSM 2005

Já estão abertas as inscrições para o V Fórum Social Mundial. O prazo final para inscrição de atividades é 10 de novembro; indivíduos e organizações tem até o dia 30 de novembro. Mais informações:
www.inscricoesfsm.org.br

EM TEMPO Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud
Equipe editorial:
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho
Editor:
Carlos Henrique Árabe
Editor assistente:
João Brant
Projeto gráfico e diagramação:
Caco Bisol
Jornalista Responsável:
João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP
Fechamento: 8 de outubro de 2004

Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA. Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 Fax (11) 3666-5550 emtemposp@uol.com.br

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

Primeiro turno, primeiro balanço

Avaliação preliminar. PT cresce, ganha seis capitais, e polariza nacionalmente com o PSDB.

Passados poucos dias do primeiro turno das eleições municipais, quando nem todos os dados estão organizados e com um segundo turno decisivo pela frente, as avaliações são, necessariamente, parciais e provisórias. Com essas ressalvas, podemos destacar aqueles que parecem ser alguns dos principais pontos de um balanço inicial.

Tania Meinerz

O crescimento do PT

O PT foi o partido mais votado no primeiro turno e experimentou um expressivo crescimento em relação às eleições de 2000. Venceu já no primeiro turno em seis capitais, com destaque para Belo Horizonte e Recife. Apresentou um crescimento significativo em vários estados, como é o caso de Minas Gerais.

Passou ao segundo turno em nove capitais dentre as 15 com segundo turno (além de compor a chapa como vice do PSB em Maceió): São Paulo, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Curitiba, Vitória, Goiânia, Cuiabá e Porto Velho. Está no segundo turno em quinze das outras vinte e nove cidades com mais de 200 mil eleitores em que a disputa prossegue. Nesta situação estão Caxias do Sul, Santo André, Santos, Diadema, Niterói, Contagem, dentre outras.

De outro lado, sofreu derrotas importantes também. Por pequena margem não passou ao segundo turno em Salvador e Campinas. Cresceu menos que a expectativa nas cidades médias e pequenas. E deve ser observado com atenção o resultado obtido em grandes centros com mais de 200 mil eleitores definidos em primeiro turno, nos quais o partido obteve poucas vitórias, com destaque para Guarulhos e Olinda (sendo a chapa encabeçada pelo PCdoB).

Polarizações com bloco de FHC

Apesar da variedade de situações nas principais cidades, a polarização mais importante e consistente é a que opõe a esquerda ao antigo bloco de sustentação de FHC, com o PT e PSDB sendo os principais partidos organizadores dos dois pólos em choque.

No segundo turno, em Porto Alegre o PT enfrenta o PPS, que expressa esse alinhamento à direita na figura de Fogaça, ex-lider de FHC; em Fortaleza, o PFL; em Belém, o PTB apoiado pelo governador do PSDB; em São Paulo, o PSDB; em Curitiba, o PSDB. Em Belo Horizonte, o PT venceu o PSB, que foi apoiado pelo governador do PSDB. Em Recife, o PT derrotou o PMDB do governador Jarbas Vasconcelos, que quase foi o vice de JoséSerranaúltimaeleição presidencial.

Dimensão nacional

As eleições municipais levantaram diversas expectativas sobre a dimensão nacional da disputa e sua combinação com o caráter local da eleição. Na maioria das cidades, o debate esteve centrado nas questões locais. Não deve ser subestimado, no entanto, que mesmo em uma situação de pouca nitidez programática da disputa, a base de sustentação do PT tenha sido as camadas mais pobres da população e a do PSDB as camadas mais ricas.

Também é possível que em várias situaçõs de segundo turno o debate supere o limitado e rebaixado crivo programático que ocorreu no primeiro turno.

Ainda que na maioria das cidades o debate tenha centrado nas questões locais, o sentido nacional destas eleições emerge das polarizações constituídas e da projeção dos resultados para o quadro da disputa nacional. O fato de a polarização central no primeiro turno (prosseguindo no segundo turno) ter ocorrido entre os blocos liderados pelo PT e pelo PSDB é que define o caráter nacional da disputa. Este sentido deve se acentuar no segundo turno.

Votação em 2000 - primeiro turno

Partidos	Votos	% válidos
PSDB	13.518.346	16,00
PMDB	13.257.650	15,70
PFL	12.973.544	15,40
PT	11.938.734	14,10
PPB	6.812.742	8,10
PTB	5.803.421	6,90
PDT	5.611.888	6,60
PSB	3.861.987	4,60
PPS	3.506.619	4,10
PL	2.541.572	3,00
PSD	1.271.071	1,50
PV	644.638	0,80
PSC	533.550	0,60
PC do B	382.827	0,50
PSL	283.118	0,30
PRONA	235.314	0,30
PMN	220.231	0,30
PRP	182.359	0,20
PST	176.931	0,20
PT do B	151.914	0,20
PHS	146.880	0,20
PSDC	139.195	0,20
PSTU	98.387	0,10
PRTB	70.000	0,10
PTN	43.193	0,10
PGT	25.923	0,00
PRN	25.464	0,00
PAN	18.584	0,00
PCO	14.116	0,00
PCB	9.824	0,00
TOTAL	**84.500.022**	**100,00**

Fonte: GTE nacional

Votação em 2004 - primeiro turno

Partidos	Votos	% válidos
PT	16.322.404	17.16
PSDB	15.726.676	16.53
PMDB	14.242.237	14.97
PFL	11.228.513	11.80
PP	6.096.563	6.41
PDT	5.563.138	5.85
PTB	5.253.900	5.52
PL	5.020.746	5.28
PPS	4.941.920	5.20
PSB	4.475.086	4.70
PV	1.367.642	1.44
PC do B	889.065	0.93
PSC	509.843	0.54
PRP	448.463	0.47
PHS	431.285	0.45
PMN	405.332	0.43
PSDC	374.456	0.39
PSL	336.735	0.35
PTC	316.098	0.33
PRTB	235.992	0.25
PRONA	221.141	0.23
PT do B	220.592	0.23
PSTU	183.562	0.19
PTN	138.392	0.15
PAN	115.517	0.12
PCO	42.836	0.05
PCB	19.174	0.02

Fonte: GTE nacional

Prefeitos eleitos - 2004

Partidos	Eleitos
PT	400
PSDB	861
PMDB	1.051
PFL	790
PP	550
PDT	299
PTB	422
PL	380
PPS	302
PSB	173
PV	55
PC do B	10
PSC	25
PRP	37
PHS	26
PMN	31
PSDC	12
PSL	25
PTC	16
PRTB	12
PRONA	7
PT do B	23
PTN	5
PAN	1

Fonte: GTE nacional

Os diferentes sotaques do PT pelo Brasil

Altos e baixos. Resultado geral é bom, mas desempenho é desigual nas diferentes regiões.

A distribuição dos votos do PT nacionalmente mostra que o aumento no número de prefeituras eleitas se deveu principalmente ao bom desempenho em determinados estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Pode-se destacar também o crescimento na Bahia, na região Norte – especialmente no Pará –, no Paraná e em Santa Catarina. Apesar do crescimento geral no número de prefeituras e no total de votantes, o desempenho do PT foi bem diferente de região para região.

O Norte do país assistiu a um crescimento considerável do partido. No Pará, o PT elegeu 18 prefeituras, incluindo municípios importantes como Santarém e Parauapebas, onde Darci Lermen venceu com 63,6% dos votos. O PT ainda disputa o segundo turno na capital, com Ana Júlia enfrentando Duciomar Costa, do PTB. No Acre, de um total de 22 munícipios, 10 elegeram prefeitos petistas, incluindo a capital Rio Branco. O partido ainda ganhou em Macapá, no Amapá, e Palmas, no Tocantins, e disputa o segundo turno na capital de Rondônia, Porto Velho.

Nos estados da região Sul, o desempenho também foi bom. No Paraná e Santa Catarina, o PT conseguiu inserção em diversos municípios pequenos, ampliando sua presença. Foram 28 prefeitos eleitos no Paraná e 24 em Santa Catarina. Ali houve também a eleição de prefeitos em municípios de médio porte, como Criciúma, Concórdia e Itajaí, embora tenha perdido em Blumenau, onde governava. No segundo turno, o PT disputa quatro das maiores cidades do Paraná: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

O Rio Grande do Sul já saiu do primeiro turno com 43 prefeitos petistas. O partido venceu em municípios importantes, como São Leopoldo, Viamão, Bagé, Santa Maria, Gravataí e Cachoeirinha. Destaque também para o companheiro Vilson Roberto, eleito para a prefeitura de Cruz Alta. O PT ainda participa do segundo turno em Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre. Caxias, aliás, mostrou aprovação à gestão de Pepe Vargas, e a candidata Marisa Formulo foi para o segundo turno em primeiro lugar, com 41,4% dos votos.

Já em Porto Alegre, Raul Pont saiu vencedor do primeiro turno, com 37,6%, mas terá uma dura batalha contra José Fogaça no segundo. A vitória do quinto mandato petista na capital gaúcha dependerá da presença da militância nas ruas.

Epitácio Pessoa/AE

Na raça. Luizianne Lins contraria as pesquisas, alcança 22,3% dos votos e disputará o segundo turno em Fortaleza.

No Ceará, Luizianne brilha

No Ceará, brilhou a estrela de Luizianne Lins na capital Fortaleza. Até alguns dias antes da eleição, ela aparecia em 4º lugar nas pesquisas, mas a militância petista levou Luizianne ao segundo turno, a apenas 4% do primeiro colocado. O PT ainda elegeu 11 prefeituras no estado.

Na Bahia, o PT conquistou municípios importantes, como Camaçari, Alagoinhas, Ilhéus e Vitória da Conquista. Em Cruz das Almas, o companheiro Orlando Peixoto Pereira Filho foi eleito com 56,1% dos votos. O município de Pintadas confirmou o apoio à prefeitura de Neusa Borges e elegeu Valcyr Rios.

A capital de Sergipe, Aracaju, teve Marcelo Deda eleito com mais de 70% dos votos válidos. Em Recife, no estado de Pernambuco, João Paulo teve quase 500 mil votos e também saiu eleito no primeiroturno.Emoutros estados do Nordeste os resultados foram piores. Em Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, o PT não obteve bons resultados, tendo inclusive perdido a prefeitura de Imperatriz neste último.

Na região Centro-Oeste, o PT cresceu, tendo eleito 16 prefeituras no Mato Grosso do Sul, entre elas Dourados, e chegando ao segundo turno em Cuiabá. Em Goiás, o partido disputa o segundo turno nas duas principais cidades, Goiânia e Anápolis.

Instabilidade no Sudeste

O desempenho nos quatro estados da região Sudeste foi desigual. Minas Gerais foi o estado que mais elegeu prefeitos petistas. Foram 86 municípios, incluindo a capital, Belo Horizonte, em que Fernando Pimentel obteve quase 70% dos votos válidos. No entanto, o partido, que ainda disputará o segundo turno em Contagem, perdeu em dois importantes municípios que governava, Ipatinga e Governador Valadares, sendo a derrota nessa última por 631 votos.

No estado de São Paulo, o PT renovou o mandato em Guarulhos, Araraquara e São Carlos. Ainda assim, o desempenho em 3 de outubro foi aquém do esperado, tendo perdido prefeituras de cidades importantes, como Franca, Piracicaba e Ribeirão Preto, além de Campinas, onde por pouco Luciano Zica não chegou ao segundo turno. Além da capital e de Santos, o PT disputa o segundo turno em quatro cidades da Grande São Paulo: Santo André, Osasco, Mauá e Diadema.

Entre as grandes cidades do interior do estado, o destaque fica mesmo para Araraquara, que reelegeu o companheiro Edinho Silva. Em Várzea Paulista, Eduardo Tadeu Pereira foi eleito com 54,6% dos votos. Na Grande São Paulo, além de Guarulhos, Embu e Suzano também elegeram prefeitos petistas.

No Rio de Janeiro o desempenho foi ruim. O partido está no segundo turno em Nova Iguaçu e Niterói. No Espírito Santo, o PT vai ao segundo turno em Cariacica e na capital, Vitória, onde João Coser ficou à frente no primeiro turno com 37,2% dos votos.

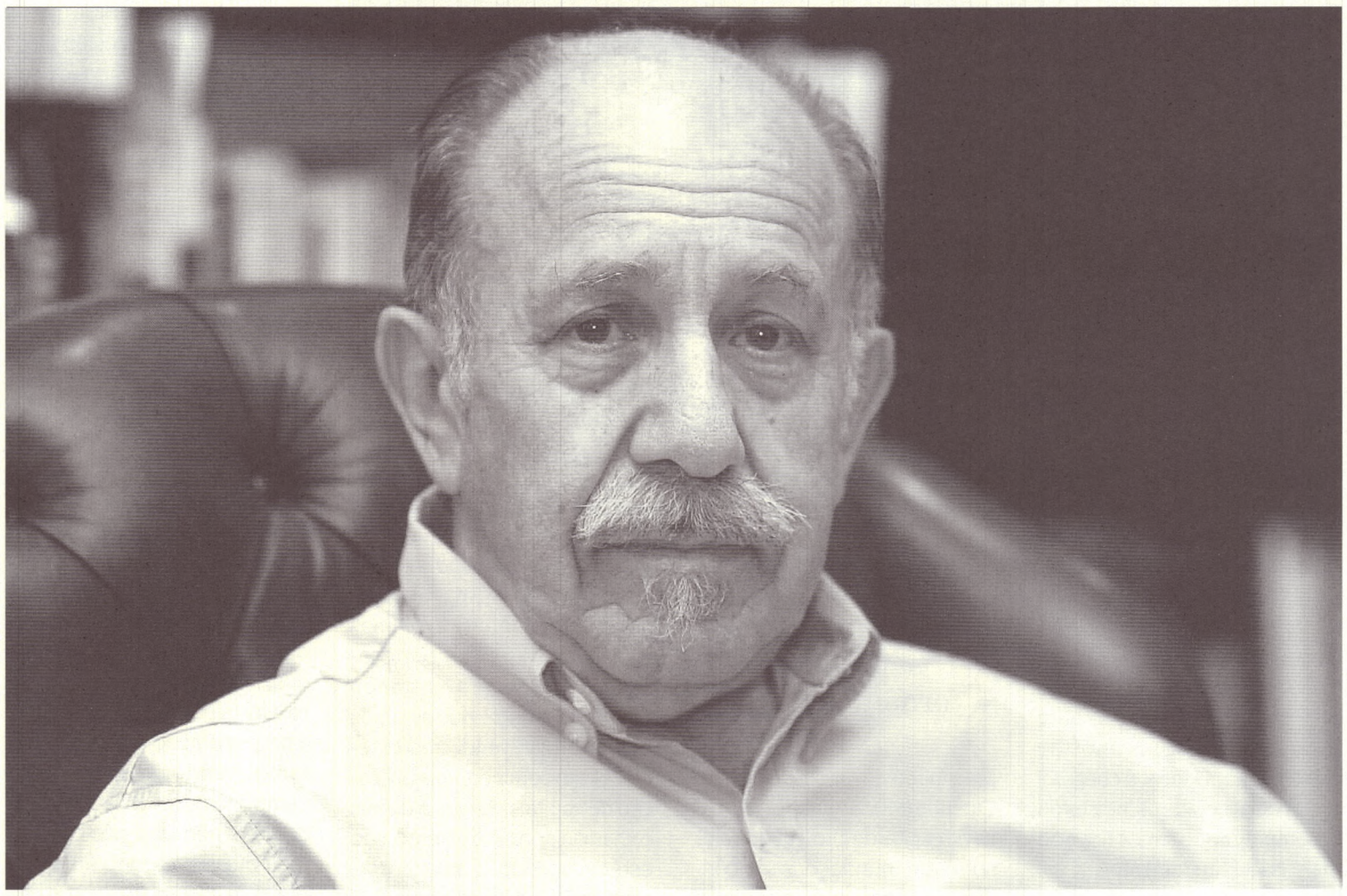
Resultados do 1º turno / Municípios onde o PT disputará o 2º turno

Município	1º colocado		2º colocado	
Anápolis	PSB	34,6%	PT	26,8%
Belém	PTB	48,9%	PT	32,7%
Cariacica	PT	44,3%	PSDB	29,6%
Caxias do Sul	PT	41,4%	PMDB	35,7%
Contagem	PSDB	42,1%	PT	39,9%
Cuiabá	PSDB	36,2%	PT	33,6%
Curitiba	PSDB	35,1%	PT	31,2%
Diadema	PSDB	48,5%	PT	44,1%
Fortaleza	PFL	26,6%	PT	22,3%
Goiânia	PMDB	47,5%	PT	23,0%
Londrina	PSL	32,1%	PT	27,2%
Maringá	PT	28,4%	PP	24,7%
Mauá	PT	45,7%	PV	39,6%
Niterói	PT	48,0%	PMDB	22,5%
Nova Iguaçu	PT	48,1%	PMDB	39,1%
Osasco	PT	46,6%	PSDB	43,6%
Pelotas	PT	36,0%	PPS	30,1%
Ponta Grossa	PSDB	44,3%	PT	40,5%
Porto Alegre	PT	37,6%	PPS	28,3%
Porto Velho	PT	32,0%	PSB	30,8%
Santo André	PT	46,4%	PSDB	42,3%
Santos	PT	38,6%	PMDB	28,6%
São Paulo	PSDB	43,5%	PT	35,8%
Vitória	PT	37,2%	PSDB	34,9%

Fonte: GTE Nacional - PT

Entrevista Paul Singer

Caminhos e descaminhos da economia



Epitácio Pessoa/AE

A história de Paul Singer revela sua coerência e dedicação na construção de uma opção socialista para o Brasil. Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, estudioso há anos dedicado ao tema da economia solidária, Singer ocupa atualmente a Secretaria Nacional que trata do tema, no Ministério do Trabalho e Emprego. Nessa entrevista, ele analisa a atual política econômica do Governo Federal, fala sobre as políticas de crédito e de redistribuição de renda e aponta caminhos para a atualização de um programa de economia para a esquerda socialista.

A política econômica em curso tem permitido um certo crescimento econômico; ao mesmo tempo impõe restrições, um crescimento limitado. Como você avalia essa relação?

Talvez seja oportuno fazer uma reconstituição. O governo, no seu primeiro semestre de gestão, colocou como prioridade conquistar a confiança do mercado financeiro. Queria-se de todas as formas reduzir a inflação, que chegou a cerca de 20% anualizada, em função da fuga de capitais em 2002. A cotação do dólar caiu bastante e as pressões inflacionárias foram amenizadas.

O responsável por isso não foi nem o superávit primário nem a enorme taxa de juros – que nós ainda aumentamos. Foi, sobretudo, a volta dos dólares ao país. Isso deu certo a um custo social tremendo. Aumentou por um longo período o desemprego, que já estava altíssimo, e também a exclusão e a pobreza.

Em julho de 2003, houve mudança na política econômica, que em geral não se registrou. O governo começou a fazer uma política expansiva de crédito voltada para os mais pobres. O mais importante é que foi criada uma conta simplificada para pessoas que não têm acesso a serviços bancários.

Como funcionam essas contas?

O teto para depósitos nesta conta é de mil reais. Após três meses, a Caixa Econômica Federal oferece crédito até 600 reais. Cada banco pode usar até 2% do total de depósitos à vista para emprestar aos depositantes nestas contas ou então transferir o valor a entidades de micro-crédito. Paga-se 2% ao mês de juros, e não tem vencimento. Então você pode ficar usando esses 600 reais, por exemplo, como capital de giro para o teu trabalho.

Do ponto de vista de abertura de contas, foi um estouro. Na Caixa Econômica Federal, abriram-se 1 milhão de contas em menos de seis meses. Dois milhões de contas até meados de 2004. O Banco do Brasil criou o Banco Popular do Brasil, que só começou a funcionar esse ano, e que está com 1 milhão de contas; ou seja, no total são 3 milhões de contas. Isso não é pouco.

Que outras medidas de estímulo ao crescimento foram tomadas?

Cooperativas de créditos foram facilitadas bastante, estão se multiplicando. Dado que o governo está mantendo a taxa de juros alta, a cooperativa de crédito é uma alternativa maravilhosa para gente pobre. Só que é uma coisa demorada. Até você montar uma cooperativa de crédito, criar confiança, aprender a operar de forma democrática, não é de um momento para o outro.

Enfim, essas iniciativas voltadas aos mais pobres aumentaram o volume de créditos a juros muito baixos. E a taxa Selic foi reduzida de 26,5% para 16%. Isso é bastante. Então, o crescimento aconteceu, ainda que bem mais tarde do que nós esperávamos. Nessa altura, a economia está crescendo muito mais do que os 3,5% previstos originalmente, está mais próxima de crescer 5% do que 3,5%.

Infelizmente isso levou o Banco Central a priorizar novamente o combate à inflação. Voltaram à postura prévia de 2003, que é uma postura recessiva. Eles entendem que há perigo de a inflação escapar do controle. E, nessa visão, o único jeito de evitar isso – porque não pode intervir nos preços, é o mercado que tem de decidir – é

> O desemprego acaba sendo um elemento base da política anti-inflacionária

você esfriar a economia inteira. É mais ou menos o que é feito na Europa ou nos Estados Unidos, e que estamos fazendo aqui também.

Quais os principais sintomas disso?

Basicamente a subida da taxa de juros e o aumento do superávit primário. Os dois vão na mesma direção, de esfriar a economia tendo em vista reduzir a pressão sobre os preços. Minha impressão é que se o crescimento fosse permitido, fosse mais intenso, haveria alguma pressão inflacionária efetivamente; mas isso daqui a dois anos, não agora. Eles estão antecipando uma situação possível, mas que não acontecerá num futuro próximo.

As pressões inflacionárias hoje vêm dos preços indexados, o que não deveria haver. Os salários não estão indexados, em compensação os serviços públicos privatizados estão, e por um índice enviesado para cima. Isso não é pressão de demanda coisa nenhuma, isso é pressão de custos contratualmente enviesados. Além disso, há o petróleo encarecendo.

Portanto, essas medidas não são anti-inflacionárias, porque elas não estão sendo adequadas para enfrentar o tipo de pressões que nós estamos tendo. O que nós deveríamos é ou desindexar os serviços públicos ou no mínimo usar um indexador mais adequado, que é o índice de preços ao consumidor. O que dá para esperar agora é que o crescimento da economia brasileira vai moderar, não vai chegar ao que poderia chegar se a política fosse de estímulo.

E quais as conseqüências diretas dessa política?

Em agosto, o desemprego aumentou e a renda dos trabalhadores diminuiu. Isso depois de três meses bons, em que o desemprego estava caindo e a renda dos trabalhadores estava subindo. Isso é preocupante. Como as atas do COPOM já diziam que eles queriam aumentar a taxa de juros, isso pode ter desanimado os investimentos.

Vamos esperar os dados de setembro e outubro para ver o que acontece, mas tudo leva a crer que se está praticando uma política macro-econômica que limita o crescimento da economia brasileira a menos de 5%.

O que me preocupa é que na verdade uma das mais importantes fontes de inflação continuam sendo os salários. Os trabalhadores tiveram perdas e agora se mobilizam; olha a greve dos bancários, as greves dos metalúrgicos, a greve do Judiciário. Só três meses de queda do desemprego já permitiram criar um ambiente em que os trabalhadores saíram para a luta.

Isso é notável, mas acende o alerta vermelho no Banco Central. Eles não dizem isso, mas essa é a preocupação maior. Se algumas categorias conseguem aumento, é óbvio que as outras também vão querer. Se você tiver aumentos reais acima da inflação recuperando perdas generalizadas, isso bate nos preços.

Dessa maneira, o desemprego acaba sendo um elemento base da política anti-inflacionária. Isso contradiz frontalmente o que o governo quer: que o desemprego caia, e caia muito. Então são contradições que vão ter que ser discutidas e resolvidas pelo governo daqui por diante.

Tem havido pouca modificação no tocante à elevação e distribuição de renda. Essa também é uma barreira para o crescimento.

Vamos devagar porque isso é importante. Renda não é só salário. Salário é a renda da classe média brasileira. Os pobres não ganham salários; ou são desempregados, ou atuam por conta própria, ou até estão no crime. Salário é de quem tem emprego, e isso hoje é classe média. Os salários caíram, sobretudo com as políticas de 2001, 2002 e 2003, três anos relativamente recessivos. Então houve uma perda salarial da ordem de 20%. Isso é trágico. Há o que recuperar, e há um espaço a recuperar.

Quando a economia cresce, os custos caem. O crescimento é deflacionário, na verdade. Aproveita-se muito mais o capital fixo, e você tem redução do custo unitário. Então ou os preços caem, ou você pode distribuir isso, por exemplo, para os trabalhadores que vão gastar enquanto consumidores e vão alimentar mais o processo. Mais tarde, isso vai ter um efeito inflacionário. E mais tarde, desde que as vendas sejam boas, irão aproveitar para aumentar os preços e recuperar a margem de lucro deles.

Aí tem que intervir, e existem várias propostas. A melhor de todas elas é do Marinho, presi-

Entrevista Paul Singer

Bruno Stuckert/Folha Imagem

dente da CUT, de retomar as câmaras setoriais. O governo pode tomar essa iniciativa. Isso já funcionou na época do Itamar, em 92/93, e pode, no mínimo, dar uma brecada na inflação para garantir mais alguns anos de crescimento. O ideal é chegar a cortar pela metade os índices de desemprego que temos hoje, ou mais. Isso é fundamental.

Isso se refere, portanto, aos salários. E as políticas de redistribuição de renda?

A parte não salarial da pobreza tem que ser o alvo principal. E aí estão se fazendo coisas a meu ver importantes, sobretudo o Fome Zero e o Bolsa-Família, que vai atingir até o fim do ano que vem 11 milhões de famílias. Pelos dados que o governo está colocando, o programa é hoje três vezes maior do que no governo Fernando Henrique. Vai atingir o equivalente a 20 ou 25% das famílias brasileiras.

O efeito dessa transferência da renda pode ser um aumento da renda de trabalho dessa gente, porque se injetam recursos razoavelmente importantes nas áreas mais pobres, seja na periferia das grandes metrópoles ou em bolsões de miséria rurais. Imediatamente a agricultura familiar passa a ter mercado, aumenta o preço dos produtos que eles estão plantando. Esse aumento de renda se transforma em consumo imediatamente. Os mais pobres são obrigados a gastar rapidamente o que recebem, muitas vezes para sobreviver.

Um programa importante de redistribuição de renda é o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Funciona como um empréstimo com subsídio. Eles só precisam devolver 60% do que foi emprestado, o que gera um aumento de renda. Como nós estamos multiplicando as cooperativas de crédito, esses recursos chegam realmente lá.

E como a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem atuado nessas questões?

Minha secretaria faz parte desse panorama. Nós estamos conseguindo agora transferir recursos sobretudo a grandes empreendimentos solidários, como Catende (PE). No caso de lá, não havia capital de giro, porque eles sofreram inundações e incêndios em momentos recentes. E eles conseguiram vender a safra de açúcar do ano que vem para o Fome Zero. Isso significa capital de giro a custo zero, porque eles recebem o dinheiro da safra antecipadamente.

> De 2001 a 2003, houve uma perda salarial da ordem de 20%

Também a reforma agrária não somente está sendo acelerada, mas está havendo uma mudança de qualidade. O pessoal do Incra nos procurou, eles assumiram a economia solidária como sendo a forma de melhorar a qualidade dos assentamentos. O movimento já tinha feito isso, mas agora é política também do governo.

Há também um acordo com o Ministério das Cidades para que a construção de vivendas de interesse social seja feita por mutirão. E sempre que as pessoas estiverem interessadas, que a gente dê qualificação profissional aos mutirantes em construção civil, inclusive ajudá-los a formar cooperativas de construção civil, se houver interesse.

Está se criando uma economia popular e fortalecendo a que já existe.

Após as eleições teremos um período de balanço da conjuntura do país. Volta a discussão de qual o programa buscamos realizar, não só de acordo com as condições, mas com a idéia de mudança. Você poderia falar de algumas idéias para uma atualização desse programa?

Quando estávamos na oposição, disputando o governo, a grande preocupação dos economistas do PT era a fragilidade externa. Havia fugas freqüentes; cada vez que dava crise em algum lugar do mundo, batia no Brasil e nós entrávamos em recessão. Esse problema está sendo resolvido de uma forma diferente da que imaginávamos.

Pensávamos em fazer uma forte política de substituição de importações. Isso não foi feito, ainda que haja alguma substituição. Não obstante, nós estamos agora com um superávit em conta corrente, ou seja, gastando menos dólares do que estamos obtendo com vendas ao exterior; e isso com pequena aplicação de capitais. Assim, a dívida, o chamado passivo externo, não está crescendo, e as exportações estão indo muito bem.

Isso se deve, em parte, a uma conjuntura mundial favorável, mas em grande parte por uma mudança de política externa. Nós nos aproximamos da China, da Índia, da África do Sul e da Rússia, ou seja, diversificamos nossos mercados; estávamos muito presos à União Européia e aos Estados Unidos. Isso resolveu o que parecia ser o maior óbice. Num futuro programa de esquerda não é mais necessário por tanta ênfase nesse ponto. Claro que é preciso reduzir a dívida externa ou aumentar ainda muito mais as exportações. Mas nem de longe com a gravidade que a gente imaginava em 2002 ou, pior ainda, em 1998.

E quanto ao controle de capitais?

Deveríamos controlar o movimento de capitais, continuo inteiramente convicto disso. Contudo, mesmo sem controlar, o Brasil poderá acumular grandes reservas internacionais, como a China faz, o que realmente aumenta a blindagem da economia contra fuga de capitais. Se houver uma fuga mesmo, isso pode a qualquer momento ser parado com medidas de intervenção, mas eu acho que elas deveriam ser feitas preventivamente.

Eu manteria no programa o controle da especulação internacional. A esse respeito, o último pronunciamento do Lula na ONU foi preciso, quando ele falou que a nova forma do colonialismo é o endividamento perpétuo dos países empobrecidos. A Rosa Luxemburgo já dizia que a exploração fundamental se dá através das taxas de juros.

Quais os pontos principais no tocante à reforma agrária?

Há coisas que teriam que ser repensadas, não no sentido de que estavam erradas antes, mas porque são etapas já vencidas. O pessoal do Incra me dizia que os movimentos sociais estão preocupados com as grandes dificuldades econômicas dos assentamentos. Se elas não forem resolvidas, todo o programa de reforma agrária vai dali abaixo.

O Incra me procurou para ver se a gente viabiliza um programa de desenvolvimento econômico real para as famílias já assentadas e as que vierem a ser. Esse programa tem que ir além da previsão de assentamento, porque há milhões de pequenos camponeses que se não se fizer nada vão virar sem-terra, e terão que ser assentados de novo.

O MST, por exemplo, está estendendo suas cooperativas de crédito, não só aos assentados. Isso fortalece o movimento e fortalece economicamente a pequena agricultura. Hoje estamos vendo um movimento camponês que tem reivindicações econômicas, não só a terra. E que está sendo atendido por esse governo de uma forma razoável. Nunca é o ideal, mas esse seria um ponto do programa bem diferente do que foi antes, porque é preciso levar em consideração os avanços que já há hoje, e fazer propostas a partir desses avanços.

A compra antecipada de safra deveria ser um item fundamental, isso já constava no programa do Fome Zero. Você viabiliza a agricultura familiar. Cooperativas rurais estão hoje se multiplicando pelo país e podem cumprir um papel estratégico nisso. É uma forma de construir o socialismo, a partir dos que são as vítimas das contradições do capitalismo.

> O Bolsa-Família é hoje três vezes maior do que no governo FHC

Também deveria haver uma política de apoio às empresas recuperadas pelos trabalhadores. O ideal seria que em todo empreendimento que entrasse em crise, os trabalhadores tivessem a opção de tentar recuperá-lo. Há muitos estudos de caso, e eles mostram um aumento impressionante de produtividade.

E a questão da vulnerabilidade interna, do Estado frente ao capital financeiro?

É a dívida pública, que precisa ser reduzida porque mantém o governo sujeito ao mercado financeiro e é um tremendo instrumento de concentração da renda. Precisamos reduzi-la, embora os títulos públicos sejam, hoje em dia, lastro do sistema financeiro.

Mas é possível reduzi-la à metade em relação ao PIB. O melhor seria reduzir não por superávit primário, mas por crescimento. Se o PIB crescer 6% e a dívida crescer muito menos, ela vai proporcionalmente ficando menor. Você não precisa reduzi-la em termos absolutos, mas em termos relativos em relação ao tamanho da economia e, principalmente, em relação à arrecadação dos governos que devem essa dívida pública.

Para fazer essa redução via crescimento, tem que alterar algumas relações estruturais da dívida, como a taxa de juros, o superávit primário.

Quanto à taxa de juros eu estou totalmente de acordo. Nós deveríamos ter uma taxa de juros civilizada, por exemplo, 1% ao ano de juros real. É o que a maior parte dos países tem. Na história do capitalismo, em média as taxas de juros de governo são dessa ordem. O Brasil é uma exceção. Isso alimenta a dívida e concentra a renda. Se você reduzir a taxa de juros na frente da dívida, a dívida cai, porque você gasta muito menos dinheiro.

O superávit primário também pode cair, mas eu sou favorável a existência dele, senão a dívida explode. Se você mantiver superávit primário zero, a dívida rapidamente ultrapassa o PIB, porque significa que todos os juros transformam-se em nova dívida. Mas o superávit primário pode não ser de 4,5% do PIB, mas quem sabe de 2%, com uma taxa de juros à metade do que você tem hoje.

Se a Selic for 8% e não 16%, você pode em tese reduzir na mesma proporção o superávit primário. Poderia haver uma redução gradativa. Se o Banco Central houvesse continuado a redução que propôs, a essa altura a taxa de juros já deveria estar próxima dos 10%.

Há mais algum ponto relevante para um programa econômico de esquerda?

Fortalecer a economia popular. Esse deveria ser o centro de nosso programa. O próprio conceito não é muito corrente dentro do PT, é um conceito da igreja. Como a igreja realmente trabalha com os pobres, eles têm uma vasta experiência no que a gente chama de economia popular: o pequeno comércio, o artesanato, os garimpos, os catadores de lixo. É uma grande quantidade de atividades que chamam de "baixa produtividade", mas que são extremamente representativas para tudo, inclusive para a cultura nacional.

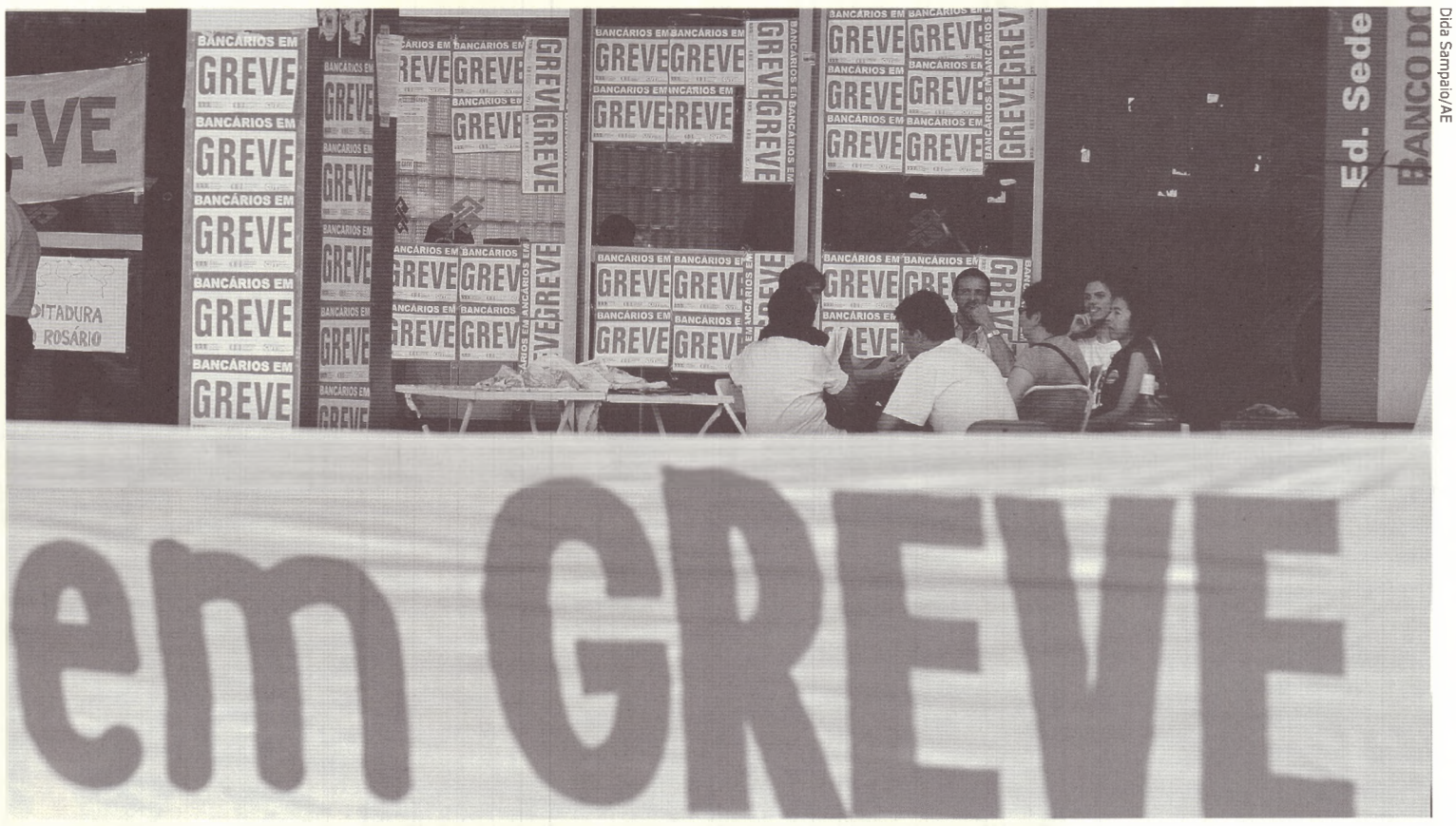
Pensar o problema da economia popular e permitir que ela dê um salto de qualidade seria um ponto importante. O que estou dizendo, na verdade, é que precisamos acabar com a pobreza no país, de uma forma factível. E a melhor forma de fazer é dar mais qualidade – mais renda, portanto – ao trabalho dos pobres.

Bancários enfrentam greve de longa duração

Trabalhadores de luta. Outras categorias, como petroleiros, também ameaçam parar.

A campanha salarial dos bancários resultou numa greve em que trabalhadores de todo o Brasil pararam reivindicando 25% de reajuste (composto por reposição da inflação e aumento real de 17,68%) e participação nos lucros. Para os bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BASA e BNB –, foram criadas mesas de negociação para discutir temas específicos, como plano de cargos e salários, isonomia salarial e planos de saúde, debates que vinham congelados desde o período Collor. A paralisação contava com alta adesão, principalmente nos bancos públicos, e já durava 23 dias até o fechamento desta edição.

A Confederação Nacional dos Bancários (CNB) salienta que o lucro dos bancos têm crescido nos últimos anos. Apenas no último semestre, o Banco do Brasil lucrou 1 bilhão e 200 milhões de reais. Em 2003, o Itaú alcançou 1 bilhão e 600 milhões de reais de lucro. Do lado dos banqueiros, a contraproposta apresentada pela Fenaban previa reajuste de 8,5% e adicional de 30 reais para os que recebem até 1500 reais. O Banco do Brasil aceitou estender o adicional de 30 reais para todos os trabalhadores, independentemente de teto.



Dida Sampaio/AE

Braços cruzados. Bancários fazem piquete em frente a agência do Banco do Brasil, em Brasília.

Descontentamento

No dia 14 de setembro, a proposta foi avaliada pela Executiva Nacional dos Bancários, que reúne 11 federações, e aprovada por sete votos a quatro. As federações que votaram contra a proposta foram as do Rio Grande do Sul, da Bahia e Sergipe, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. 99% das assembléias de base seguiram o mesmo caminho dessas quatro federações e rejeitaram a proposição. Logo no dia seguinte iniciou-se o movimento de greve em quatro capitais, tendo os outros estados aderido a partir do dia 16.

Segundo Milton Rezende, vice-presidente da CNB, por parte de setores do governo e da administração dos bancos públicos pôde-se notar a postura firme em derrotar a greve, seja impondo um reajuste que as assembléias já rejeitaram, seja com o uso de aparato policial. "Há um grande desgaste do governo Lula na base bancária. A equipe econômica vem impedindo qualquer contra-proposta, e isso tem gerado uma radicalização do movimento", afirma Rezende.

Outras categorias

Os petroleiros, que têm data-base em setembro, tiveram uma rodada de negociações na primeira quinzena de setembro, após a entrega da pauta à direção da empresa. No dia 20 de setembro, a Petrobras apresentou à direção da FUP - Federação Única dos Petroleiros sua contraproposta, atendendo apenas à reposição pelo ICV-Dieese de 7,81% e a manutenção das demais cláusulas.

A empresa não atendeu às reivindicações de aumento real de 5%, anuênio para os novos trabalhadores, resolução das pendências relativas ao fundo de pensão Petros, Segurança e Saúde e sobre a implantação das OLTs, entre outras. A FUP indicou aos Sindicatos de Petroleiros a realização de assembléias para rejeitar a contra-proposta apresentada pela empresa e a aprovar o estado de greve e paralisações pipocas caso a Petrobrás não atenda às reivindicações da categoria.

Os metalúrgicos do ABC já fecharam 52 acordos. Lá, a negociação não é unificada, sendo organizada por grupos de empresas. Em média, os trabalhadores têm obtido reajustes entre 9 e 10%, índices portanto acima da perda da inflação. Outra vitória foi a unificação das datas-base dos diversos grupos para setembro, fortalecendo as próximas negociações.

Servidores das Federais conquistam carreira

No papel. Resultado da greve deve ser consolidado com cumprimento do acordo.

De junho a setembro, foram 77 dias de greve. Mais de 100 mil servidores técnico-administrativos das Universidades Federais pararam em 40 das 42 instituições. O eixo norteador foi a busca pela carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, uma luta histórica da categoria. O resultado foi o encaminhamento de um projeto de lei ao Congresso, mas não sem antes ter que superar os diversos conflitos na negociação com o governo e internamente ao movimento, que revelam muito da conjuntura política atual.

Negociação com o governo

A postura durante a greve revela bastante do que é hoje o governo federal. Por um lado, não houve qualquer pressão no sentido de retaliar os grevistas. No entanto, a greve evidenciou a fragilidade interna do Governo Lula em resolver suas contradições. Uma das bases mais importantes do conjunto dos federais se viu diante da necessidade da greve para resolver sua reivindicação principal: a carreira.

O processo todo pode ser dividido em duas etapas. A primeira foi a negociação diretamente com o Ministério do Planejamento; a segunda, com a categoria em greve, foi a negociação com o Ministério da Educação. A primeira fase caracterizou-se por um processo em que a política do Governo era não conceder carreira a nenhuma categoria antes da definição das diretrizes de planos de carreira. No Planejamento, a burocracia estatal criou os maiores empecilhos para que não fosse concretizada a nova carreira.

A segunda fase fundou-se em dois giros políticos importantes: o centro da negociação deslocou-se do Planejamento para o MEC, acarretando uma mudança qualitativa no processo negocial e, em conseqüência do primeiro giro e da deflagração da greve, com uma forte caravana em Brasília, a política de não conceder carreira mudou. A legitimidade da greve, reconhecida por Lula, abriu uma brecha na política do Planejamento, que cumpria o papel de fiel escudeiro da Fazenda.

Divisão Interna

Os problemas de ordem política no interior do movimento impediram que fosse traçada a melhor tática neste embate. Hoje a direção do movimento dos Técnicos Administrativos apresenta-se dividida em dois campos políticos que se diferenciam em relação à análise conjuntural do período.

PSOL, PSTU, MUS, Força Socialista e "independentes autônomos" compuseram um novo bloco denominado "Vamos à Luta". O outro campo político ficou constituído pela CSD, CSC e Tribo, que não constituíram nenhum bloco, mas mantiveram um grau de unidade política em torno da avaliação de que a conjuntura está em disputa e que é preciso disputar projetos. Com base nesta avaliação, este campo trabalhou integralmente para que a categoria conquistasse uma carreira.

A disputa interna cortou todos os debates durante a greve. A disputa chegou a tal ponto que a doze horas da assinatura do termo de fim de greve, o "Vamos à Luta" apresentava a proposta de não assinar e subir o tom do enfrentamento. Isso quando o conjunto da base mostrava sinais claros de desgaste, inclusive bases dirigidas pelo próprio "Vamos à Luta".

Em dezembro haverá o congresso da categoria, prosseguindo o debate e as disputas no interior do movimento. Um risco a ser vencido é o de que tudo se resuma a disputar sectariamente o congresso, sem preparar o próprio movimento para a continuidade da luta e novas conquistas. Sem debates qualificados, será difícil armar a categoria para as lutas futuras.

As perspectivas

A política de ganhar a carreira foi sem dúvida vitoriosa. Partiu-se de um patamar deteriorado nas relações de trabalho para um plano mais elevado. Para conseguir um processo democrático de gestão da coisa pública no interior das IFES era preciso mais do que foi obtido, mas esse foi um passo importante e sólido para que se alcancem essas mudanças. A conquista da carreira prepara melhor o terreno para a implantação de novas diretrizes de planos de carreira, bem como amplia a discussão acerca da democratização do Estado.

Terminou-se diante de um avanço qualitativo, para além do mero corporativismo, mas essa vitória ainda terá que ser consolidada. Até a data de fechamento deste artigo, setores do Governo ainda tentavam mudar o texto acordado e assinado por dois Ministros.

A proximidade crescente de Bush e Kerry

Sem saída. A falta de opções para a esquerda nas eleições norte-americanas.

No dia 2 de novembro, os eleitores norte-americanos poderão escolher quem ocupará a Casa Branca até 2008. Para os eleitores de esquerda, as opções são difíceis. Para sair da polarização entre democratas e republicanos, alguns apóiam a candidatura de Ralph Nader. Outros continuam a defender "Qualquer um menos Bush", numa campanha pelo voto útil em Kerry. E há os que mostram que mais do que escolher um candidato é preciso fortalecer as mobilizações sociais.

Marc Serota/REUTERS

Morte anunciada. Militante protesta contra a guerra no Iraque durante a Convenção Democrata, em Boston.

Kerry=Bush?

A linha política da campanha de Kerry tem evidenciado que a diferença entre democratas e republicanos é pequena. Como senadores, tanto Kerry quanto seu vice, John Edwards, votaram pela guerra no Iraque. Ambos apoiaram também o Ato Patriótico, que limita os direitos civis em nome da "segurança nacional". No campo internacional, a política de imposição da ALCA também deverá fazer parte de um suposto governo Kerry, notável entusiasta do livre comércio, e que recentemente atacou Bush por não fazer mais para reprimir movimentos sociais na Bolívia e na Argentina.

Ainda assim, milhões de eleitores que se colocam contra a guerra e o Ato Patriótico devem votar em Kerry. Peter Camejo, candidato a vice na chapa de Ralph Nader, aponta o sistema eleitoral como o grande empecilho para o crescimento dos independentes. "A única explicação de dezenas de milhares votarem contra o que manda o coração é a falta de eleições livres nos Estados Unidos". Camejo refere-se à primazia do bipartidarismo e à ausência de segundo turno ou mecanismo similar (*ver box abaixo*).

Outras opções

A candidatura de Nader, aliás, gera reações diferenciadas nos setores de esquerda. Segundo Jane Slaughter, da organização Labor Notes, o foco dos movimentos sociais deve ser o fortalecimento de lutas nas ruas, tendo como foco especialmente o movimento Anti-Guerra. Jane diz que a possibilidade de apoiar Nader fica comprometida com a constatação de que não se pode confiar nele para uma real alternativa de esquerda a longo prazo. "Ele tem se portado apenas como um indivíduo. Não tenho a ilusão de que ele esteja ajudando a fortalecendo um partido de esquerda", afirma ela, embora ressalte que a falta de opção provavelmente a levará a votar em Nader.

Alguns setores militantes, no entanto, vêem em Nader a afirmação de um voto independente, que denuncia o fato de Kerry e Bush compartilharem boa parte do programa. Nader se colocou contra a guerra e o Ato Patriótico, e tenta a candidatura pelo Partido Verde, que diferentemente dos verdes europeus tem um perfil mais à esquerda. Ao aparecer à esquerda dos democratas e questionando sua política, a candidatura Nader é constantemente pressionada por aqueles que vêem o risco dos votos em Nader tirarem Kerry da Casa Branca.

Intrigas internas

Essas artimanhas são possíveis por causa do sistema eleitoral nos Estados Unidos. Como ele reflete a estrutura federalista, permite situações como Ralph Nader ser candidato pelo Partido Verde em alguns estados, pelo Partido Reformista em outros, candidato independente em outros e ainda não ter conseguido nem colocar o seu nome na cédula em colégios eleitorais importantes, como a Califórnia. Nas prévias de lá, 86% dos verdes votaram em delegados que teoricamente apoiavam Nader, mas na convenção o escolhido foi David Cobb. Suspeita-se que isso seja fruto participação de democratas infiltrados no processo.

Ann Menasche, do grupo Solidarity e ativista do Partido Verde, diz que a campanha de Cobb tem sido invisível, mesmo depois de conseguir estar como candidato dos verdes em 29 estados. "Enquanto isso, a campanha de Nader e Camejo cresce, com todas as dificuldades", diz Ann.

Qualquer um menos Bush

Alguns setores militantes de esquerda buscam a derrota eleitoral de Bush sem dar igual valor à construção de uma alternativa política a ele, o que tem levado a defenderem o voto em Kerry. Naomi Klein, por exemplo, acha que derrotar Bush é condição para uma reorganização dos movimentos sociais em torno dos temas que realmente importam, construindo movimentos suficientemente rápidos e ágeis para fazer frente a eles. Segundo ela, a presença de um presidente como Bush na Casa Branca desloca a atenção dos verdadeiros problemas a serem combatidos pelos ativistas.

Com Nader fora do baralho, a eleição de Kerry ou Bush parece não significar grande mudança no cenário internacional. A essa altura, dificilmente Kerry mudará os rumos da guerra no Iraque, e sem dúvida manterá o foco no livre comércio. Do lado de fora dos EUA, aos militantes altermundistas de outros países só restaria a torcida. Mas se para os eleitores norte-americanos parece não haver opções eleitorais, não há nem mesmo para quem torcer.

Os limites do pluralismo norte-americano

Sem democracia. Sistema eleitoral alimenta distorções e condena os EUA ao bi-partidarismo.

Há quatro linhas críticas aos limites históricos da democracia norte-americana. A primeira delas incide exatamente sobre o caráter classista desta democracia. Os EUA são o único grande país moderno do Ocidente que não tem uma tradição partidária trabalhista ou socialista enraizada. Isto não é um acaso: a forma de organização do sistema político, que se baseia na concorrência federativa em grandes espaços e grandes eleitorados, favorece o poder do dinheiro em detrimento das formas de organização de base. Não há financiamento público de campanha nos EUA, nem propaganda eleitoral gratuita democrática como no Brasil. A organização de uma campanha exige investimentos milionários para gerar um aparecimento público nacional. A ciência política norte-americana legitima a ação dos lobbies e confere aos grupos de interesse um papel central na estruturação da dinâmica política institucional.

A segunda linha crítica trata da carência republicana desta democracia. Isto é, ela não obriga e não incentiva a participação do cidadão na esfera política. O voto não é obrigatório e não é sequer feriado no dia das eleições presidenciais. O índice de abstenção nas eleições presidenciais é historicamente em torno de 50%; nas eleições para governadores chega a 70%. A política é assim maximizada no sentido de uma atividade de profissionais separada da cidadania.

> A eleição torna possível que um candidato seja eleito sem a maioria dos votos.

Eleição por minorias

A terceira tradição de crítica explicita o sentido não democrático substantivo deste sistema. Como metade dos eleitores em geral não votam, o presidente e os governadores são eleitos por minorias. A eleição que cria um colégio eleitoral nacional baseado em delegados sufragados por maioria em cada Estado – os critérios de aferição variam federativamente – torna possível que um candidato seja eleito presidente mesmo que não tenha obtido a maioria dos votos.

Por fim, há a crítica ao pluralismo estreito da tradição do bipartidarismo americano. A pressão do liberalismo do país capitalista mais forte do mundo e a força da máquina dos dois grandes partidos, Democrata e Republicano, limitam a opção dos eleitores a um campo ideológico estreito. Vozes e candidatos dissidentes têm o direito de vir à luz, mas não entram na disputa central.